



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLARA DE ASSIS FREITAS DA SILVA

**DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO: A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E
OS SABERES TRADICIONAIS DO POVO KANINDÉ.**

ACARAPE-CEARÁ

2024

CLARA DE ASSIS FREITAS DA SILVA

**DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO: A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E
OS SABERES TRADICIONAIS DO POVO KANINDÉ.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade monografia apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro.

ACARAPE – CEARÁ

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Clara de Assis Freitas da.

S578d

Descolonização do currículo: a educação escolar indígena e os saberes tradicionais do povo Kanindé / Clara de Assis Freitas da Silva. - Redenção, 2024.

44f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro.

1. Educação indígena. 2. Currículo. 3. Descolonização. I.
Título

CE/UF/BSP

CDD 371.8298081

CLARA DE ASSIS FREITAS DA SILVA

**DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO: A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E
OS SABERES TRADICIONAIS DO POVO KANINDÉ.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade monografia apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 21/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Professor. Dr. Joserlene Lima Pinheiro – (Orientador - UNILAB)

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Professor Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira (Examinador)

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Professora Dra. Eliane Costa Santos (Examinadora)

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

ACARAPE– CEARÁ

2024

A meus pais, Maria e Luiz, aos meus irmãos, Neném e Everardo, e ao meu sobrinho Victor pelo amor incondicional e pelo apoio em cada etapa da minha jornada e por serem minha força e inspiração constante; aos meus amigos, pelo companheirismo, amizade sincera e encorajamento ao longo dessa jornada; e ao meu orientador, Joserlene Pinheiro, pela orientação e não desistir de mim.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Tupã, pela sabedoria que guiou meus passos, e à Encantaria, por sua magia e mistério que enchem meu coração de esperança. A minha ancestralidade, Oxossi, Oxum e Ogum, por sua proteção e orientação.

A meus pais, Maria e Luiz, pelo amor incondicional e pelo apoio em cada etapa da minha jornada. Aos meus irmãos, Neném e Everardo, e ao meu sobrinho, Victor por serem minha força e inspiração constante e que iluminam meus dias.

Aos meus amigos e irmãos de outras mães, Weibe Tapeba, Naara Tapeba, Climério Anacé, Janair Freitas, Milena Kanindé, Raquel Jenipapo-Kanindé e Gabizinha Potyguara (in memoriam), pelo companheirismo, amizade sincera e encorajamento ao longo dessa jornada, onde não soltaram a minha mão e me tiraram do fundo do poço.

A Ceiza Pitaguary, Raoni Ferreira, Lucas Guerra, Kelanny Oliveira, Glauber Paulino, Lidi Vieira, José Weldes, Davizinho e Lukinhas por acreditarem em meu potencial e me fazerem sorrir sempre.

A Lucinete Lisboa, Renilvânia Martins, Valdilane Kanindé, Vanessa Pitaguary, Suelen Kariri, Yorrana Kanindé, Iago Jenipapo-Kanindé, Antônia Kanindé, Benedita Freitas, Luana Potyguara e Josiane Potyguara por serem pessoas incríveis e me darem força sempre.

Aos meus amigos e companheiros de luta e universidade, Lucas Kanindé, Samara Kanindé, Gustavo Souza, Lukennya Menezes, Nayane Alcântara, Gabrielle Souza, Letícia Bezerra, Tatiana Ramalho, Marleide Nascimento e Lauriane Tremembé.

Ao Coletivo de Estudantes Indígenas da Unilab - COESI.

A Juventude Indígena Conectada, onde eu sempre fui acolhida e de onde me tiravam as melhores risadas.

Ao movimento indígena e ao meu povo Kanindé, por sua luta e resistência, que me inspiram a cada dia e por me mostrarem que a mãe Terra é a mãe de todas as lutas e que sem ela estaríamos desprovidos de tudo aquilo que nos nutre e sustenta. Ela nos oferece abrigo, alimento e a beleza da natureza, além de nos ensinar lições valiosas sobre resiliência e interconectividade. A Mãe Terra é a essência da nossa existência, e sem ela, a nossa luta e nossa jornada seriam vazias.

Ao meu orientador, Joserlene Pinheiro, pela orientação e mais que isso, pelo apoio essencial e por não ter desistido de mim.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, por proporcionar o espaço para a realização deste trabalho.

A todos vocês, dedico esta conquista com profunda gratidão.

“As vozes do povo Kanindé nos lembram que descolonizar o currículo é, antes de tudo, um ato de justiça, resistência e reverência aos saberes ancestrais que sustentam a pluralidade do saber humano.”

(Clara Kanindé)

RESUMO

A presente pesquisa investiga a descolonização do currículo na educação escolar indígena, com foco nos saberes tradicionais do povo Kanindé. O estudo justifica-se pela relevância de valorizar e preservar as práticas culturais e conhecimentos ancestrais desse povo, frente aos desafios históricos impostos pela colonização, que marginaliza suas línguas e tradições. Baseando-se na legislação brasileira, como a Constituição de 1988 e a Lei nº 11.645/2008, que reconhecem os direitos indígenas à educação diferenciada, a pesquisa busca compreender como esses saberes são integrados às práticas pedagógicas das escolas Kanindé. O objetivo principal é analisar a inserção dos saberes tradicionais no currículo escolar, promovendo a valorização cultural e a descolonização. Como objetivos específicos, a pesquisa investiga as práticas pedagógicas que utilizam esses saberes, identifica os desafios e oportunidades na implementação de currículos descolonizados e avalia o impacto dessas práticas na identidade cultural e nos resultados educacionais dos estudantes. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem documental, analisando produções acadêmicas disponíveis no repositório institucional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Os critérios de seleção incluíram trabalhos que abordam diretamente temas como conhecimentos indígenas, práticas culturais e currículos escolares diferenciados. A análise textual discursiva permitiu emergir categorias temáticas, como a integração de saberes tradicionais, os desafios e oportunidades do currículo descolonizado e sua influência nos resultados educacionais. Os resultados destacam que as escolas indígenas Kanindé têm integrado práticas culturais, como o Toré e a medicina tradicional, ao currículo, fortalecendo a identidade cultural dos alunos. No entanto, desafios como a falta de materiais didáticos específicos e a necessidade de formação docente especializada limitam a efetividade dessas iniciativas. A pesquisa conclui que a descolonização curricular é fundamental para promover uma educação mais inclusiva e representativa, exigindo esforços colaborativos entre comunidades indígenas, educadores e formuladores de políticas.

Palavras-chave: Educação escolar indígena, Descolonização do currículo, Saberes tradicionais Kanindé.

ABSTRACT

The present research investigates the decolonization of the curriculum in indigenous school education, focusing on the traditional knowledge of the Kanindé people. The study is justified by the relevance of valuing and preserving the cultural practices and ancestral knowledge of this community, given the historical challenges imposed by colonization, which marginalizes their languages and traditions. Based on Brazilian legislation, such as the 1988 Constitution and Law No. 11,645/2008, which recognize indigenous rights to differentiated education, the research seeks to understand how this knowledge is integrated into the pedagogical practices of Kanindé schools. The main objective is to analyze the inclusion of traditional knowledge in the school curriculum, promoting cultural appreciation and decolonization. Specific objectives include investigating pedagogical practices that incorporate this knowledge, identifying challenges and opportunities in implementing decolonized curricula, and evaluating the impact of these practices on students' cultural identity and educational outcomes. Methodologically, the study adopts a documental approach, analyzing academic works available in the institutional repository of the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). The selection criteria included works that directly address themes such as indigenous knowledge, cultural practices, and differentiated school curricula. Discursive textual analysis enabled the emergence of thematic categories, such as the integration of traditional knowledge, the challenges and opportunities of decolonized curricula, and their influence on educational outcomes. The results highlight that Kanindé indigenous schools have integrated cultural practices, such as Toré and traditional medicine, into their curricula, strengthening students' cultural identity. However, challenges such as the lack of specific teaching materials and the need for specialized teacher training limit the effectiveness of these initiatives. The research concludes that curriculum decolonization is essential to promoting a more inclusive and representative education, requiring collaborative efforts between indigenous communities, educators, and policymakers.

Keywords: Indigenous school education, Curriculum decolonization, Kanindé traditional knowledge.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Educação Escolar Indígena e Educação Indígena.....	18
2.2 Cultura e o currículo das escolas Kanindé.....	20
3. METODOLOGIA.....	23
4. DADOS E DISCUSSÃO.....	34
4.1 Práticas Pedagógicas e Saberes Tradicionais Kanindé em contexto.....	35
4.2 Desafios e Oportunidades para um Currículo Descolonizado.....	37
4.3 Influência do Currículo Diferenciado e Resultados Educacionais.....	39
4.4 Saberes Tradicionais Kanindé no Currículo Escolar.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6. REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

A descolonização do currículo implica na revisão e reorganização do material educacional, com a intenção de questionar os preconceitos de origem europeia e incentivar uma inclusão mais abrangente de diferentes pontos de vista, especialmente daqueles de grupos historicamente marginalizados, como as comunidades indígenas. Segundo Kruger (2022), “a descolonização dos currículos é um processo fundamental no sentido de amparar a emergência de uma educação que reconheça a heterogeneidade da sociedade e as variadas formas de ser e saber no mundo”. Essa iniciativa procura estabelecer um sistema educacional mais inclusivo, que valorize e reconheça os conhecimentos e as práticas culturais de todas as comunidades e a meta é romper com os modelos que perpetuam a exclusão e as desigualdades.

Conforme Melo e Ribeiro (2019), o currículo dentro das tendências tradicional, tecnicista e renovada representa vários aspectos da colonialidade do poder, ser e saber, excluindo os conhecimentos e identidades dos povos sociais e subalternizados. No entanto, a título de exemplo dos povos indígenas, essa imposição gerou impactos profundos, como o silenciamento de seus saberes tradicionais, línguas e as práticas culturais, frequentemente desqualificados como inferiores ou sem relevância. Essa exclusão não só restringiu o acesso a uma educação que respeite suas identidades, mas também comprometeu a valorização cultural e o fortalecimento dessas comunidades.

Ao incluir os conhecimentos locais e as práticas culturais no currículo é um passo fundamental para promover uma educação mais inclusiva e integralizar as tradições, as culturas, as línguas e as visões de mundo da população indígena ao processo educativo é um fator que enriquece a experiência de ensino, contudo, também fortalece o senso de identidade e pertencimento dos estudantes indígenas. Além disso, essa abordagem desempenha um papel crucial na sustentabilidade cultural, pois em um contexto globalizado, onde muitas culturas dos povos indígenas enfrentam o risco de desaparecimento, a validação e transmissão de seus conhecimentos nas escolas, na inclusão do currículo escolar, tornam-se ferramentas poderosas para preservar tradições e fortalecer as comunidades.

Apesar de sua importância, a descolonização do currículo ainda enfrenta uma resistência significativa, tanto de instituições educacionais quanto de formuladores de

políticas que defendem o modelo eurocêntrico tradicional. Além disso, há desafios práticos na criação e implementação de currículos que reflitam de maneira autêntica os sistemas de conhecimento indígenas. No entanto, exemplos bem-sucedidos demonstram que esse movimento é possível. O povo Kanindé, por exemplo, incluem no currículo escolar as práticas culturais do povo onde integram o ritual do toré, o uso de plantas medicinais, a oralidade dos anciões e lideranças das aldeias através de rodas de conversas, palestras e segundo Rocha (2024, p. 6) onde enfatiza que “compreendemos a educação como um ato político, concomitantemente entendemos que as práticas pedagógicas refletem em nossa visão de mundo”, desta forma criando uma experiência educacional mais relevante e empoderadora para seus estudantes. Esses esforços mostram que é viável construir modelos educativos que respeitem e celebrem a diversidade cultural.

Minha relação e empenho se deram a partir do enraizamento com minha ancestralidade, pois parte do princípio do meu eu enquanto uma mulher indígena pertencente ao povo Kanindé e ao cursar a Licenciatura Plena em Pedagogia na UNILAB, sempre busquei aliar os conhecimentos acadêmicos aos saberes tradicionais de meu povo. Meu desejo é construir junto com a educação através das escolas indígenas do povo Kanindé, promovendo a valorização de nossa cultura, histórias e espiritualidade através do ritual sagrado do toré, do uso das plantas medicinais e da oralidade com nossos anciões, além de abrir novas possibilidades de aprendizagem para os estudantes. Procurando incorporar práticas pedagógicas interculturais que respeitem e reforcem nossa identidade como povo indígena, promovendo uma educação que converse com nossos valores e contribua para a descolonização do currículo escolar.

Descolonizar o currículo é um passo essencial e se faz necessário para construir um sistema educacional mais inclusivo e digno. Reconhecer e integrar os conhecimentos e práticas dos povos indígenas não apenas fortalece a diversidade cultural, mas também contribui para uma sociedade mais igualitária, onde os alunos têm a oportunidade de aprender em um ambiente que respeite suas heranças culturais, seus costumes e tradições. Assim, avançamos em direção a uma educação que não só estimula, mas também transforma, promovendo metodologias respeitosas e mantendo a valorização das culturas.

A educação escolar indígena desempenha um papel fundamental na recuperação das memórias históricas, na preservação das culturas e no resgate das línguas indígenas. Além de reafirmar identidades étnicas, o sistema educacional busca valorizar o patrimônio imaterial

desses povos, como as línguas e ciências tradicionais, como o uso das plantas medicinais, o resgate dos cantos e danças sagrados, deste modo, esse modelo diferenciado de educação não apenas fortalece a identidade cultural, mas também assegura que as próximas gerações se apropriem de seus saberes ancestrais.

Dados do Censo Escolar de 2022 do INEP mostram que há 3.541 escolas localizadas em territórios indígenas no Brasil, com 3.597 unidades oferecendo educação por meio de redes de ensino diversas (Censo Escolar, 2022). Essas escolas têm contribuído para a expansão do acesso à educação e para a oferta de currículos culturalmente relevantes. Levando as histórias e culturas que reafirmam o papel da educação na promoção do fortalecimento e preservação identitária.

A educação escolar indígena, ao valorizar as culturas e línguas dos povos originários e ao promover uma abordagem diferenciada, tem avançado significativamente rumo a um sistema educacional mais inclusivo e representativo. Ao consolidar práticas educativas culturalmente relevantes, o Brasil dá passos importantes para construir uma sociedade mais equitativa, onde as diversas heranças culturais sejam reconhecidas e respeitadas.

O povo Kanindé, localizado nos municípios de Aratuba e Canindé, no estado do Ceará, é conhecido por sua rica herança cultural, incluindo o Toré, que é um ritual sagrado, onde é feito através da dança e a união dos cantos, o uso de plantas medicinais para cura destacam-se como elementos centrais de sua identidade cultural, bem como, o Museu Kanindé, que é um espaço de aprendizado e de fortalecimento do povo. Essas tradições, transmitidas ao longo de gerações, não apenas preservam a memória histórica do povo Kanindé, mas também educam os mais jovens sobre seus valores e modos de vida, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade coletiva.

Para o povo Kanindé, o conhecimento tradicional é parte essencial de sua existência e resistência cultural. Elementos como o Toré e o uso de práticas ancestrais na cura representam mais do que simples tradições, são à base de uma pedagogia cultural que une história, espiritualidade e ciência. Essa valorização do saber ancestral oferece às novas gerações uma conexão com suas raízes, além de ser um meio de reafirmar a importância de suas práticas em um contexto globalizado que ameaça constantemente culturas locais, trazendo as experiências e rememorando as práticas ancestrais por meio do diálogo constante da escola e comunidade.

As escolas Manoel Francisco dos Santos e Expedito Oliveira Rocha são exemplos notáveis de como o conhecimento tradicional pode ser integrado ao ambiente educacional formal. Essas instituições não apenas ensinam conteúdos acadêmicos, mas também atuam como centros culturais que preservam e promovem a herança do povo Kanindé. Por meio de currículos interculturais, que utilizam tanto o português e o restante da língua mãe, essas escolas oferecem uma abordagem educativa que respeita e valoriza a cultura local, criando uma experiência empoderadora e significativa para seus alunos.

Embora as escolas indígenas desempenhem um papel crucial na preservação da cultura, enfrentam desafios significativos. Preconceitos e estereótipos sobre as práticas e conhecimentos indígenas continuam a minar seus esforços. Esse cenário é agravado por um legado colonial que buscou apagar culturas locais em favor de valores eurocêntricos, dificultando a legitimação do conhecimento indígena no sistema educacional. Além disso, a implementação de currículos que equilibrem o conhecimento tradicional com as exigências do sistema nacional enfrenta problemas como falta de recursos e apoio institucional insuficiente.

A colonização histórica do Brasil teve um impacto duradouro na invisibilização das culturas indígenas. No contexto educacional atual, isso ainda se reflete na marginalização do conhecimento indígena em currículos convencionais. Esforços para descolonizar a educação e integrar perspectivas indígenas, embora promissores, enfrentem barreiras estruturais e culturais. No entanto, iniciativas como as escolas indígenas do povo Kanindé mostram que é possível criar um modelo educacional que celebre a diversidade cultural e promova o respeito mútuo.

Compreender a importância cultural do povo Kanindé e o papel das escolas indígenas na preservação de sua herança é essencial para enfrentar os desafios de um sistema educacional ainda marcado por preconceitos históricos. Ao integrar conhecimentos tradicionais e respeitar a diversidade cultural, podemos construir um modelo educativo mais inclusivo e representativo, que valorize todas as culturas e contribua para uma sociedade mais equitativa. As iniciativas do povo Kanindé servem como um exemplo inspirador de que é possível promover uma educação que instrua e também transforme.

A descolonização do currículo educacional emerge como um instrumento essencial para a resistência cultural e a inovação pedagógica. O caso do povo Kanindé exemplifica

como a integração do conhecimento tradicional no ambiente escolar pode preservar práticas culturais e fortalecer identidades. Escolas como Manoel Francisco dos Santos e Expedito Oliveira Rocha atuam como pilares nesse processo, promovendo saberes como o Toré e o uso de plantas medicinais. Esses espaços educacionais não apenas mantêm viva a herança cultural, mas também servem como exemplo de como a educação pode transformar realidades.

O aprofundamento dos estudos sobre a descolonização curricular é vital para consolidar a identidade cultural dos povos indígenas. Ao incorporar conhecimentos e práticas tradicionais aos currículos, as escolas indígenas criam ambientes educacionais que reforçam o orgulho e o pertencimento dos alunos. Essa abordagem não só promove o aprendizado significativo, mas também garante que as novas gerações preservem e valorizem sua herança cultural, fortalecendo a continuidade de suas tradições em um mundo cada vez mais globalizado.

A formulação de políticas públicas é um componente indispensável nesse processo. Políticas que promovam o acesso à educação indígena de qualidade devem respeitar as tradições culturais e apoiar currículos que sejam culturalmente relevantes e academicamente rigorosos. Essas políticas precisam criar condições para que estudantes indígenas recebam uma educação que reconheça sua herança e, ao mesmo tempo, os prepare para enfrentar os desafios contemporâneos, garantindo equidade no acesso ao conhecimento.

As reformas educacionais voltadas para a descolonização curricular oferecem uma oportunidade para corrigir as injustiças históricas que resultaram da colonização. A invisibilização das culturas indígenas e a imposição de modelos eurocêntricos de ensino causaram danos profundos às identidades e práticas culturais desses povos. Promover uma educação descolonizadora é um passo essencial para construir um sistema mais inclusivo, que reconheça e valorize a diversidade cultural.

A continuidade da pesquisa é crucial para o avanço da educação indígena. Acadêmicos, educadores e formuladores de políticas precisam trabalhar juntos para desenvolver estratégias que integrem efetivamente o conhecimento tradicional aos currículos escolares. Além disso, é essencial garantir os recursos e o suporte necessários para implementar essas mudanças. A defesa ativa dessas iniciativas fortalece o compromisso coletivo com um sistema educacional mais justo e representativo.

O caso do povo Kanindé destaca a importância da resistência cultural e da inovação pedagógica no contexto da educação indígena. Essa abordagem não apenas reforça as identidades culturais, mas também contribui para a criação de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para todos os povos indígenas. Ao promover a descolonização curricular, avançamos em direção a um sistema educacional que não só reconhece as diversidades, mas as celebra, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

O objetivo central da pesquisa é analisar a inserção dos saberes tradicionais no currículo escolar, promovendo a valorização cultural e a descolonização. Para isso, são exploradas práticas pedagógicas que utilizam saberes tradicionais, os desafios e as oportunidades na implementação de currículos descolonizados, e os impactos dessas práticas na identidade cultural e nos resultados educacionais dos estudantes.

O estudo é justificado pela urgência em preservar e valorizar a riqueza cultural do povo Kanindé, que historicamente enfrentou o apagamento imposto pela colonização. Apesar dos avanços na legislação brasileira, como a Constituição de 1988 e a Lei nº 11.645/2008, que reconhecem o direito dos povos indígenas à preservação de suas línguas e tradições, persistem barreiras na implementação de uma educação diferenciada e inclusiva.

A educação diferenciada, como demonstrado nas escolas Kanindé, vai além da formação acadêmica tradicional ao incluir práticas culturais no currículo, reafirmando a identidade das novas gerações. Essas iniciativas mostram que é possível combater preconceitos e modelos eurocêntricos, fortalecendo a diversidade cultural em um ambiente de aprendizado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo traz como foco central abordar sobre Descolonização do Currículo: a Educação Escolar Indígena e os saberes tradicionais do povo Kanindé. Onde esta pesquisa é desenvolvida em caráter bibliográfico por intermédio de consultas de artigos e dissertações produzidas por indígenas do próprio povo, bem como de não indígenas.

Segundo Gomes (2012), “descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar.”, deste modo, não diferiu para o povo Kanindé, povo este que fica

distribuído em dois municípios, o município de Aratuba e o município de Canindé, com um total de 3 aldeias, a aldeia Fernandes e aldeia Balança (Pé da Serra) em Aratuba e a aldeia Gameleira em Canindé e média populacional de cerca de 1.258 habitantes. Dispondo de 2 escolas indígenas, uma, na aldeia Sítio Fernandes, sendo a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos e a outra na aldeia Gameleira, Escola Indígena Expedito Oliveira Rocha.

Em um contexto mais geral e ampliando a leitura, é de fundamental importância que possamos aprofundar essa discussão, pois o ensino nas aldeias indígenas do Brasil é pouco pesquisado, pouco estudado e sofre desde sempre com a colonização, onde os indígenas eram privados de liberdade física e emocional, mantendo o silenciamento e posteriormente o apagamento de suas culturas, costumes, tradições e principalmente da sua língua de origem, assim sendo obrigados a viverem em outros espaços e se apropriarem de uma cultura que não era sua.

Condecorando o direito dos indígenas de manterem a sua identidade cultural, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) do mesmo modo assegura em seu artigo 210, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, ficando o estado responsável por salvaguardar a proteção das manifestações culturais indígenas. Diante disto, se tem uma maior facilidade para que as escolas indígenas se constituam em aparelhos diferenciados para o reconhecimento e preservação da língua materna e dos saberes dos troncos velhos, inserindo desta forma, no currículo escolar e dando uma maior visibilidade e importância para o povo.

Considerando que o campo da educação ou o espaço propriamente dito da escola, não está imune aos olhares desta sociedade extremamente preconceituosa e que ainda sim, presentemente permanece distribuindo ódio em forma de discriminação. Por consequência, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008,

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena

brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras.” (NR)

Posto isto, consegue-se enxergar novas formas de introduzir no currículo escolar a história e cultura dos povos indígenas, bem como, as suas vivências, metodologias e práticas pedagógicas para o bem viver educacional dos povos originários. Compreende-se que as escolas indígenas do povo Kanindé são construídas a base da tradição e vivências do mesmo, favorecendo para o progresso intelectual e cultural dos alunos provindo destas escolas.

Deste modo, conforme o Projeto Pedagógico da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, a missão da mesma é,

Ofertar um modelo em educação escolar indígena que possa valorizar a cultura em suas diversas áreas do conhecimento promovendo os alunos aos conhecimentos científicos necessários para o seu desenvolvimento educacional e acesso a instituições de ensino superior, com capacidades e habilidades necessárias para atender as demandas da comunidade diante da sociedade. (2012)

Já a missão da Escola Indígena Expedito Oliveira Rocha, segundo o Projeto Pedagógico da mesma é,

Ofertar um modelo em educação escolar indígena para alunos indígenas e não indígenas, que possa valorizar a cultura em suas diversas áreas do conhecimento. Promovendo os conhecimentos científicos necessários para o seu desenvolvimento educacional e acesso a instituições de ensino médio (integral e profissional), superior e cursos técnicos, com conhecimentos e habilidades necessárias para atender as suas demandas pessoais e da comunidade diante da sociedade. (2024)

Ao analisar os Projetos Pedagógicos, é notória as semelhanças onde ambas as escolas tem a preocupação de oferecer um ensino composto por valores e a cultura propriamente dita.

2.1 Educação Escolar Indígena e Educação Indígena

Ao falarmos de educação escolar indígena e educação indígena, é compreender cada termo e suas diferenças. A educação escolar indígena é de certo modo, estarmos nos referindo aos processos de transmissão de conhecimento desses povos (Nascimento, p.4 e 5). A

educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão de conhecimentos não indígenas e indígenas na escola (Luciano 2006, p.129).

No processo de colonização dos povos indígenas, os jesuítas usavam uma proposta de educação e alfabetização a partir de costumes ocidentais sem considerar a realidade dos povos indígenas. De acordo com Ribeiro (...), “A colonização, muitas vezes, está presente nos livros didáticos e anais científicos disfarçada de avanço, desenvolvimento cultural, político e econômico” e isso gerou consequências absurdas para as populações indígenas, afrodescendentes e as demais que sofrem até os dias atuais para implementarem no currículo as suas vivências, as suas filosofias e a linguagem.

A educação escolar foi um dos mecanismos usados na colonização para a catequização das populações indígenas e torná-las parte do projeto colonial: mão-de-obra e integralização da sociedade nacional.

Segundo Ferreira (2001), a educação dos povos indígenas passa por quatro fases: a primeira foi o período colonial onde a educação era administrada pelos jesuítas, o segundo momento passa pela criação em 1910 do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e por importantes mudanças políticas no estado brasileiro. A terceira fase é a criação de organizações indigenistas não governamentais no fim dos anos 1960 e 1970. Segundo Adir Casaro e A.H. Aguilara a quarta fase é o que vivemos na pós-constituição de 1988 que são conquistas de direitos importantes na perspectiva da educação indígena. Conforme Brasília (2001),

A Constituição de 1988 assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar as suas línguas maternas e os seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos e ser um dos principais veículos de assimilação e integração. (BRASÍLIA, 2001, p.09)

Nesse contexto, a educação indígena tem várias conquistas e direitos assegurados na Constituição Federal Brasileira, que no Art. 231 vem relatar o reconhecimento das organizações sociais indígenas: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” A Lei de Diretrizes e Bases da Educação — LDB, também respalda no Artigo 32, do Capítulo 210, os processos próprios de aprendizagem:

O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Artigo 32 da LDB.

2.2 Cultura e o currículo das escolas Kanindé

Neste contexto, a educação indígena do povo Kanindé, ganha força através da luta por seus direitos e entendendo a necessidade de uma educação específica e voltada à transmissão de seus saberes dentro de um espaço escolar. No caso do povo Kanindé a luta pela educação se iniciou em 1999 com objetivo de mostrar a cultura, combater os preconceitos e estereótipos; que por parte de muitas pessoas afirmavam que não existia “indígenas de verdade” no município de Aratuba, Ceará. Segundo Santos N.G. e Santos T. G afirmam que:

O início da educação para o povo indígena kanindé foi muito difícil, principalmente porque foi marcado por um intenso processo de lutas e resistência. Lutas contra as invasões em seu território tradicional, que, a todo custo, queriam tomar a terra e acabar com seus processos culturais, educacionais e principalmente 19 surgiam contra as tentativas da negação da identidade em nos aceitarem como indígenas kanindé. Foi partindo de todo esse processo que nosso povo buscou implantar a sua formação educacional diferenciada e específica para suprir nossas necessidades criando uma “escola do nosso jeito”. Desse modo, buscamos e ainda buscamos amenizar o grande preconceito que assola a comunidade. O preconceito vinha de outros segmentos da sociedade envolvida, mas também havia muito no interior da própria comunidade. (2016, p.19 e 20)

Na busca por seus direitos e na luta por uma educação indígena diferenciada garantida por lei, os Kanindé alicerçaram seus objetivos trazendo suas práticas culturais para o fortalecimento dessas reivindicações tendo em vista sua autoafirmação indígena nesse processo de construção da luta por uma educação diferenciada. Nesse sentido as práticas culturais e os conhecimentos ancestrais da comunidade foram de grande importância para todo o processo de luta. Após muita luta em 2005, a aldeia Fernandes do povo Kanindé tem sua escola indígena construída e atendida pela rede estadual de ensino, atendendo alunos do fundamental I e II até os anos finais do ensino médio. A luta por uma educação diferenciada está além da construção de um prédio físico nas comunidades, mas está relacionada a um fortalecimento identitário e cultural que visa trabalhar uma educação indígena e não uma educação para índios que era o que os colonizadores faziam na tentativa da cultura desses povos, nesse sentido não é atoa que as Escolas Indígenas Manoel Francisco dos Santos e

Expedito Oliveira Rocha trabalham desde a sua fundação em sua ideia pedagógica e curricular, em uma perspectiva diferenciada dos modelos das escolas convencionais.

O Toré, a maraca, a reza, as plantas medicinais, a subsistência pela caça e agricultura, o artesanato, a pintura corporal, o museu dos Kanindé são práticas e registros orais existentes entre os Kanindé. Essas práticas também transmitidas pelos ancestrais e lideranças dos Kanindé são formas de manter a cultura e o modo de vida indígena preservada.

As práticas culturais Kanindé estão interligadas ao plano pedagógico das Escolas Indígenas Manoel Francisco dos Santos e Expedito Oliveira Rocha, segundo o PP da escola Manoel Francisco dos Santos um de seus objetivos é:

Por isso, a educação escolar Indígena preconizada no Projeto Político Pedagógico de nossa escola, se fundamentar no princípio de ofertar um modelo de educação que dê conta de contribuir para a formação cidadã e cultural do povo Kanindé, através da construção, disseminação do conhecimento e (re)leitura de mundo, num processo contínuo de aprendizado e envolvendo professores, alunos, funcionários e toda a comunidade Indígena. A Proposta que ora é apresentada, prioriza a oferta de um modelo de educação que contribua para a reflexão, ação e construção de uma nova realidade social e cultural, também a intencionalidade da realização de um desafio: “promover ações educativas, no sentido de desvelar as causas da exclusão, de possibilitar a vivência de práticas inclusivas, tanto no que se refere ao conhecimento que é trabalhado, quanto nas formas de participação no espaço escolar” (2015, p. 4 e 5)

Nesse sentido, a aprendizagem está inteiramente ligada à cultura dos Kanindé, onde sua prática está presente também no currículo da escola e foge do modelo convencional de ensino além da comunidade como, em geral, ter um papel importante na escola e junto aos processos de aprendizagem. Segundo o PP da Escola Manoel Francisco dos Santos a comunidade:

A comunidade tem papel importante junto à escola, com a participação da mesma junto aos alunos e professores desenvolvendo funções essenciais para um melhor entrosamento diante das situações que abrangem a escola. Segundo as proporções da escola junto à comunidade fazendo assim a construção coletiva de uma educação específica para o povo indígena Kanindé (p.9)

Nesse contexto, com a leitura e a pesquisa bibliográfica conseguimos identificar aspectos, em que as práticas culturais estão presentes no currículo das escolas, pensando assim em um currículo voltado aos costumes dos Kanindé, fora dessa perspectiva

eurocêntrica de um currículo pensado a exclusão do contexto social em que esses indivíduos atuam.

Algumas atividades, como o projeto Tempo Comunidade realizado pela escola Manoel Francisco dos Santos visa integrar os alunos e a comunidade em atividades em que algumas pessoas da aldeia Kanindé realizam um momento de transmissão de saberes culturais, recontando experiências já vividas.

A descolonização de práticas pedagógicas eurocêntricas no currículo escolar não é tarefa fácil. Nas comunidades indígenas em sua grande maioria busca fortalecer sua cultura e identidade, através do resgate de algumas práticas culturais, nesse sentido a educação indígena integra em seu currículo práticas que fortaleçam seus costumes. Segundo os autores que falam sobre o currículo Afro-Brasileiro, Ana Cristina da Costa Gomes, Luciana Ribeiro Oliveira (2020)

"... a própria escola entende o papel destes valores na construção das identidades negras, por exemplo, investirá por definir um currículo que produz e é produzido sob aqueles desafios e inquietações referidos por Trindade conhecimento coletivos."

Alguns modelos curriculares atuais visam uma educação e um aprendizado pensando numa dinâmica capitalista, que não atende aos contextos dos indivíduos e suas especificidades dentro de cada realidade social.

A desconstrução de um currículo eurocêntrico esta vai além do uso de novos métodos pedagógicos, mas passa por uma dinâmica do combate aos racismos, a intolerância religiosa, e na produção de trabalhos que visam uma discussão sobre esses assuntos, de forma reflete a realidade social em que vivemos.

Maria (2008, p.88 e 89) reflete que a humanidade constrói uma formação voltada a uma sociedade plenamente industrial, "[...] a formação humana tem se restringido, na sociedade plenamente introdução, à condição de formação cultural voltada quase que exclusivamente para a adaptação". Nesse contexto é que se faz necessário o trabalho contínuo na discussão da descolonização do currículo pensando também em um currículo estudando os saberes locais, assim como fala Castiano (2005-2006) em seu trabalho que tem como título "O currículo local como espaço social de coexistência de discursos: estudo de caso nos distritos de Bárue, de Sussundenga e da cidade de Chimoto – Moçambique":

Os esforços de fundar “lentes” teóricas e metodológicas afrocêntricas para a reapropriação ou o resgate dos saberes tradicionais/locais, ou por outra, para fazer “descolar” uma ciência africana baseada em valores africanos, vieram primeiramente das etnociências, nascidas no tempo colonial na sua versão antropológica. Por isso, não se pode negar uma certa ligação das etnociências com os escritos da Antropologia e Etnografia do passado enquadrados no contexto do colonialismo. (CASTIANO, 2005-2006)

Pensar nesses saberes é construir dinâmicas pedagógicas e descolonizar o currículo e abrir caminhos para novas possibilidades de trabalho e novas perspectivas para se pensar o currículo.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como documental (Luvezute Kripka; Scheller; De Lara Bonotto, 2015) e foi efetivada com base em produções acadêmicas disponíveis no repositório institucional^[1] da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Os documentos utilizados são trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação que tratam de temas relacionados à educação escolar indígena. A escolha desse tipo de fonte foi definida pela possibilidade de serem identificados trabalhos com análises e discussões fundamentadas sobre o tema aqui delimitado, buscando valorizar a produção acadêmica institucional e suas contribuições para uma compreensão aprofundada das práticas culturais e educativas do povo Kanindé.

Os critérios de inclusão para seleção das produções acadêmicas foram sua disponibilidade integral no repositório mediante a utilização do termo de busca "educação escolar indígena". Foram excluídos os trabalhos que não tratam objetivamente de temas como conhecimentos indígenas em práticas culturais, implementação de currículos, escolas indígenas e preservação cultural. Essa etapa inicial garante que o material selecionado esteja alinhado aos objetivos da pesquisa, permitindo uma análise consistente e direcionada ao tema proposto.

A análise dos textos selecionados foi realizada por meio da categorização temática (Galiazzi; Sousa, 2019; Sousa; Galiazzi, 2018). As categorias emergiram a partir dos documentos selecionados, permitindo que os temas identificados possam refletir diretamente

dos conteúdos e discussões presentes nas produções acadêmicas analisadas. Essa abordagem oferece flexibilidade para explorar os diferentes aspectos abordados nos trabalhos, incluindo práticas pedagógicas, desafios na implementação de currículos descolonizados e impactos dessas iniciativas na identidade cultural e nos resultados educacionais dos estudantes indígenas.

Os resultados da análise documental foram comparados com estudos existentes sobre a descolonização curricular e a educação escolar indígena. Essa comparação permitiu validar as informações obtidas e contextualizar as categorias identificadas dentro do panorama acadêmico institucional. A triangulação com estudos prévios contribuiu para a análise, fornecendo subsídios para discutir a integração dos saberes tradicionais Kanindé no currículo escolar e sua relevância para a preservação cultural e a valorização das identidades indígenas.

O resultado retornado a partir da busca original da pesquisa é exibido no quadro a seguir:

Quadro 01: resultado a partir do termo de busca “Educação Escolar Indígena”

Doc.	Ano	Título	Autor(es)	Orientador	Tipo	Unidade
1	2020	Diálogos sobre a educação escolar indígena: o ensino diferenciado e as diferenças culturais no Brasil	Silveira, Priscila /alverde	gor Fonseca le Oliveira	Projeto	3HU
2	2024	Educação escolar indígena: a experiência da escola do povo Kanindé de Aratuba	Fidélis, Samuel los Santos Cruz	Bruno Goulart Machado Silva	Projeto	3HU
3	2023	Um estudo sobre a formação de estudantes indígenas no curso de Licenciatura em Pedagogia na Unilab - CE	Martins, Lucas Eduardo Alves	loana D’Arc Souza Lima	Artigo	Pedagogia

4	2023	Educação escolar indígena Truká: processos de luta, resistência e relações de poder das indígenas professoras	Barboza, Claudete da Silva	Rhuan Carlos dos Santos Lopes	Dissertação	PPGA
5	2021	As políticas educacionais na escola indígena Chuí: as lutas do povo Pitaguary de Maracanaú, Ceará.	Silva, Lucas Rodrigues da	Rosângela Ribeiro da Silva	Projeto	3HU
6	2019	Educação escolar indígena e biodiversidade de plantas medicinais: um estudo na Comunidade Indígena Kanindé-Aratuba no Maciço de Baturité-CE.	Sousa, Luana Mateus de.	Elcimar Simão Martins	Dissertação	MASTS
7	2024	Desafios à educação escolar indígena inclusiva para estudantes com deficiência, na Aldeia Pitaguary, Ceará	Silva, Antonia Rosemeire Guedes da	Luís Carlos Ferreira	Dissertação	MIH
8	2021	A espiritualidade pitaguary como componente curricular na escola indígena Chuí	Lima, João Paulo da Silva	Roberto Kennedy Gomes Franco	Dissertação	MIH
9	2022	Pelas veredas do currículo escolar do ensino fundamental anos iniciais da escola indígena Manoel Francisco dos Santos: saberes e fazeres do povo Kanindé	Santos, Antônio Milton Gomes dos	Mara Rita Duarte de Oliveira	Dissertação	MIH
10	2022	Currículo indígena diferenciado: os desafios para a construção da identidade tapeba dentro das escolas indígenas da Rede Estadual de Caucaia-CE	Lopes, Katia Coelho Castro de Moraes	Lourenço Ocuni Cá	Dissertação	PPGEF

11	2021	Pandemia e Educação: Experiências dos professores indígenas da Escola Manoel Francisco dos Santos	Borges, Manuel Jesus Moreira	Mara Rita Duarte de Oliveira	Monografia	Ciências Biológicas
12	2019	A contribuição da lei 11.645/08 para o enfrentamento da intolerância contra a população indígena	Braga, Francisca Mitória Gomes	Rosângela Ribeiro da Silva	Projeto	3HU
13	2022	As práticas culturais do povo tapeba como fortalecimento do currículo da escola indígena índios tapeba	Silva Filho, Geraldo Barbosa da	Mara Rita Duarte de Oliveira	Dissertação	MIH
14	2022	Sequência didática para o cultivo de hortas nas escolas indígenas da etnia pitaguary: uma ferramenta prática de educação ambiental	Sousa, Jurandir Pereira de	Márcia Barbosa de Sousa	Monografia	Ciências Biológicas
15	2015	A contribuição do programa mais educação na escola regular	Donzeição, Lucilene Francisca da; Bulcão, Verônica	Fausto Carlindo Antônio	Monografia	Especialização
16	2019	Trajetórias de longevidade escolar e disposições sociais de estudantes negros/as cotistas nos cursos de graduação da Unilab	Oliveira, Francisco Erick de	Carlos Henrique Lopes Pinheiro	Dissertação	MIH
17	2018	Instituição, implementação e revogação da lei 10.639/03: uma discussão genealógica	Silva, Joviano de Sousa	van Maia de Mello	Dissertação	MIH
18	2014	A construção da identidade racial nos alunos negros do 9º ano da escola pública do município de Redenção	Araújo, Maria Elzenir de Sousa Pontes	Lourenço Ocuni Cá	Monografia	Especialização

19	2021	Múltiplos olhares sobre questões emergentes do século XXI	Santos, Adelmária one dos; Café, Anderson Luis da Paixão; Anjos, Bruno Batista dos; Ferreira, Elineuza los Santos; Aguilar, Reinaldo Pereira de		E-book	
20	2023	A importância do ensino da história de língua portuguesa na construção da identidade nacional do Brasil	Monte, Diego da Silva	Juliana Georgia Gonçalves de Araújo	Artigo	Língua Portuguesa
21	2014	O ensino de História e o estudo da África e africanidade numa escola pública no município de Redenção	Fortunado, Maria das Graças Freires do Nascimento	Carlos Subuhana	Monografia	Histórias e Culturas Afro- Brasileira, Indígena e Africana

Fonte: elaborado pela autora

O quadro 01 fornece uma visão diversificada da produção acadêmica em torno de temas relacionados à educação indígena e questões culturais, com destaque para diferentes unidades acadêmicas e formatos de produção. A análise permite identificar as características de cada tipo de documento e os contextos institucionais em que foram desenvolvidos.

As dissertações são os documentos mais recorrentes, totalizando 9 produções. A unidade MIH (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) contribuiu significativamente com 5 dissertações, abordando temas como desafios da educação inclusiva, práticas culturais, e a espiritualidade indígena como componente curricular. O MASTS (Mestrado Acadêmico em Sustentabilidade) e o PPGA (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) também aparecem como espaços relevantes para produções que exploram a biodiversidade e as relações de poder entre professores indígenas. Tais dados refletem a pós-graduação como um

campo central para a pesquisa acadêmica interdisciplinar e que se volta à compreensão do fenômeno educacional entre as comunidades indígenas.

Os projetos, totalizando 4 produções, têm como principal unidade de origem o BHU (Bacharelado em Humanidades), responsável por 3 deles. Temas como o ensino diferenciado, biodiversidade e as políticas educacionais para comunidades indígenas indicam uma tendência de vincular a pesquisa inicial às demandas específicas das populações indígenas. Assim, o BHU demonstra relevância ao promover projetos que se conectam diretamente com realidades locais, configurando-se como uma unidade de ensino com potencial de estímulo à pesquisa aplicada.

Com 5 produções distribuídas ao longo do período analisado, as monografias são mais associadas aos cursos de graduação e especialização. O curso de Ciências Biológicas destaca-se ao abordar temas como as experiências de professores indígenas durante a pandemia e ferramentas práticas de educação ambiental, mostrando a conexão entre a preservação cultural e a sustentabilidade. Já as monografias da Especialização exploram questões históricas e sociais, como a identidade racial e os programas de educação inclusiva.

Dentre as categorias de documentos analisados, os artigos aparecem em menor quantidade, com 2 registros associados a Pedagogia e Língua Portuguesa. Esses trabalhos focam em temas como a formação de estudantes indígenas e a construção da identidade nacional. Tal número, entretanto, indica que os cursos de graduação ainda não se voltam efetivamente à produção de conhecimento aplicado sobre a educação indígena.

Cabe destacar que um único e-book foi registrado. Trata-se de uma produção coletiva, demonstrando uma abordagem colaborativa no desenvolvimento de materiais acadêmicos. Essa modalidade permite perceber um esforço de consolidar conhecimentos de maneira acessível e interdisciplinar entre os diferentes atores da comunidade universitária.

A análise apresentada evidencia a contribuição de diferentes unidades acadêmicas para a diversidade de temas e formatos. As dissertações, especialmente vinculadas ao MIH, lideram a produção, enquanto o BHU demonstra seu papel na pesquisa inicial e aplicada. A diversidade temática e a conexão com questões culturais e educacionais reforçam a relevância dessas produções para o avanço da pesquisa sobre a educação indígena e suas respectivas questões culturais.

Ainda quanto aos resultados obtidos, é oportuno destacar a produção acadêmica ano a ano, segundo pode-se visualizar na tabela a seguir:

Tabela 01: produções acadêmicas por tipo e ano de produção

<i>COUNTA de Ano</i>	<i>Ano</i>									
<i>Tipo</i>	2014	2015	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total geral
Artigo								2		2
Dissertação			1	2		1	3	1	1	9
E-book						1				1
Monografia	2	1				1	1			5
Projeto				1	1	1			1	4
Total geral	2	1	1	3	1	4	4	3	2	21

Fonte: elaborado pela autora

A produção acadêmica analisada entre 2014 e 2024 reflete a diversidade de formatos de disseminação do conhecimento, distribuída em cinco categorias principais: artigos, dissertações, e-books, monografias e projetos. Das 21 produções, com variações anuais, há, como mencionado anteriormente, uma predominância de dissertações, o que destaca a relevância da pós-graduação no contexto investigado.

As dissertações representam a maior parcela das produções, totalizando 9 registros. Essa predominância evidencia a importância das investigações mais aprofundadas e rigorosas promovidas nos programas de pós-graduação. A produção nesse formato foi particularmente intensa em 2019 e 2021, com 2 e 3 dissertações, respectivamente, o que pode indicar períodos de maior incentivo ou conclusão desse tipo de projeto acadêmico.

As monografias aparecem como o segundo tipo mais frequente, com 5 registros ao longo do período analisado. No entanto, observa-se uma distribuição irregular, com uma queda significativa após 2015 e retornos pontuais em 2021 e 2023. Essa flutuação pode estar associada a mudanças nos requisitos dos cursos de graduação ou à priorização de outros formatos de produção acadêmica.

¹

¹ <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/>

Os projetos acadêmicos, embora menos numerosos, somam 4 registros, com presença consistente ao longo do período. Produções em 2018, 2019, 2021 e 2024 sugerem que esse formato mantém uma relevância moderada, servindo como uma alternativa prática para a disseminação de conhecimentos ou implementação de iniciativas focalizadas.

Artigos e e-books aparecem como as categorias menos representativas, com 2 e 1 publicações, respectivamente. Os artigos, publicados exclusivamente em 2022, demonstram um uso pontual desse formato, enquanto o único e-book, registrado em 2020, reforça a baixa adesão a essa modalidade, apesar de seu potencial para difusão mais ampla.

De forma geral, a análise revela uma concentração de produções em 2019 e 2021, ambos os anos com 4 registros cada. Esse padrão pode refletir ciclos acadêmicos ou períodos de maior incentivo à produção científica. A predominância das dissertações destaca a consolidação da pesquisa aprofundada, enquanto a presença reduzida de artigos e e-books aponta para a preferência por formatos mais tradicionais de registro acadêmico. Esses dados reforçam a importância de compreender as dinâmicas de produção e os fatores que influenciam a escolha dos formatos ao longo do tempo.

Feita a análise descritiva dos documentos identificados, apresenta-se, finalmente, a descrição qualitativa dos documentos que serviram em termos qualitativos para indicar os elementos que demonstram as formas que os saberes tradicionais do povo Kanindé são integrados no currículo das escolas indígenas, objetivo geral do presente estudo. Segundo os critérios de exclusão definidos para a presente monografia, destaca-se que foram selecionados, ao final, os seguintes 06 (seis) documentos: 2, 3, 6, 9, 10 e 13; O de maior relação com esse estudo, é o documento 9 por se debruçar diretamente sobre questões curriculares em contexto escolar junto a instituições escolares indígenas.

Nesse trabalho, Lopes (2022), em sua dissertação de mestrado investiga a construção do currículo diferenciado indígena nas escolas Tapeba de Caucaia, Ceará. O estudo se concentra em compreender como esse currículo é elaborado e quais os desafios enfrentados pelas escolas para integrar a identidade Tapeba no contexto escolar. A pesquisa se baseia em uma metodologia qualitativa, com estudo de caso, utilizando entrevistas, observações e questionários aplicados a professores, gestores, alunos e lideranças comunitárias. O texto destaca a importância da legislação brasileira, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, que garantem o direito à

educação diferenciada para os povos indígenas. O estudo também se apoia em autores como Nascimento (2009), Quijano (2010) e Walsh (2019), que discutem o currículo diferenciado e a interculturalidade na educação indígena.

A dissertação evidencia a necessidade de um currículo que valorize a língua, a cultura e os saberes tradicionais do povo Tapeba, rompendo com um modelo educacional eurocêntrico e homogeneizador. A pesquisa também aponta os desafios enfrentados pelas escolas na implementação desse currículo, como a falta de materiais didáticos específicos, a dificuldade de conciliar os conteúdos tradicionais com as avaliações externas e a necessidade de uma formação docente adequada para trabalhar com a educação diferenciada. O estudo conclui que a construção do currículo diferenciado é um processo desafiador, mas fundamental para garantir o direito à educação e a valorização da identidade cultural do povo Tapeba.

Todos os demais trabalhos apresentam um menor nível de relação quanto a questão de pesquisa que motivou este estudo, porém foram consideradas de modo a permitir a emergência de temas pertinentes à adaptação curricular do ensino que é demandada pela população indígena.

No caso da dissertação de Silva Filho (2022), a pesquisa investiga a formação da identidade educacional do povo Tapeba por meio da releitura do currículo escolar. A pesquisa se concentra em analisar como a escola indígena contribui para a afirmação da identidade cultural e a superação dos preconceitos enfrentados pelos alunos. O estudo utiliza uma metodologia de natureza básica, com abordagem qualitativa, combinando pesquisa documental e pesquisa de campo. O texto destaca a importância da autoridade antropológica do pesquisador indígena, que possui um conhecimento profundo da cultura e da realidade do povo estudado.

A pesquisa se baseia em um estudo de caso, utilizando entrevistas com lideranças e professores da comunidade Tapeba, buscando compreender suas percepções e experiências em relação à educação escolar indígena. O estudo também analisa documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena e o Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Tapeba, buscando identificar as diretrizes e os objetivos da educação escolar indígena. O texto enfatiza a importância de um currículo que dialogue com a realidade e os saberes tradicionais do povo Tapeba, promovendo a valorização cultural e a

descolonização do ensino. A pesquisa conclui que a escola indígena desempenha um papel fundamental na formação da identidade educacional do povo Tapeba, contribuindo para a afirmação da sua cultura e a superação dos desafios enfrentados pela comunidade.

Destaca-se o projeto de Fidélis (2004), pelo interesse quanto aos limites e as possibilidades da inserção da cultura indígena no currículo escolar. A pesquisa se concentra em analisar como os saberes tradicionais podem ser incorporados à prática pedagógica, contribuindo para a valorização da cultura e o aprendizado dos alunos. O estudo se baseia em uma metodologia qualitativa, com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando entrevistas com professores indígenas e observação em sala de aula.

O texto destaca a importância de se considerar o contexto histórico da educação indígena no Brasil, marcado pela luta por direitos e pelo reconhecimento da diversidade cultural. A pesquisa analisa experiências de educação indígena em diferentes contextos, como a do povo Guarani do Rio Grande do Sul e a do povo Aparam, evidenciando a importância de um currículo que valorize os saberes tradicionais e as práticas culturais de cada povo. O estudo também discute os desafios da avaliação escolar em um contexto de educação diferenciada, argumentando que os métodos de avaliação devem ser adequados à realidade e aos conteúdos trabalhados em sala de aula. A pesquisa conclui que a inserção da cultura indígena no currículo escolar é um processo complexo e desafiador, mas fundamental para garantir uma educação de qualidade e promover a valorização da cultura indígena.

O artigo de Martins e Lima (2023) apresenta um estudo que investiga a presença de autores indígenas na formação de estudantes do curso de Humanidades e Interculturalidade da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), campus Ceará. O estudo se concentra em analisar a presença de referências bibliográficas indígenas nas disciplinas do curso, buscando compreender como a universidade aborda a temática indígena na formação dos seus estudantes. O trabalho utiliza uma metodologia qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica com a aplicação de um questionário eletrônico para estudantes do curso.

A pesquisa parte de uma contextualização histórica da educação escolar indígena no Brasil e no Ceará, destacando a importância da valorização dos conhecimentos e da cultura dos povos originários. O estudo analisa o plano de ensino da disciplina "Educação Escolar Indígena", identificando as referências bibliográficas utilizadas e a presença de autores

indígenas. O trabalho também investiga a presença de autores indígenas em outras disciplinas do curso, utilizando dados do questionário aplicado aos estudantes. Os resultados da pesquisa indicam que, embora haja uma presença de autores indígenas na disciplina "Educação Escolar Indígena", ainda é limitada a presença de referências bibliográficas indígenas em outras disciplinas do curso. O estudo conclui que é necessário ampliar a presença de autores indígenas no currículo do curso de Humanidades e Interculturalidade, como forma de promover a descolonização do conhecimento e a valorização da diversidade cultural.

A dissertação de mestrado de Sousa (2019) investiga os saberes sobre plantas medicinais e sua possível relação com o currículo da escola indígena Kanindé de Aratuba, Ceará. O estudo se concentra em analisar como os conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais podem ser integrados ao currículo escolar, contribuindo para a valorização da cultura e a promoção da saúde na comunidade. A pesquisa se baseia em uma metodologia qualitativa, utilizando estudo de caso, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com entrevistas com membros da comunidade Kanindé, incluindo anciãos, professores e jovens.

O estudo destaca a importância de um currículo que valorize os saberes tradicionais da comunidade Kanindé, integrando-os aos conhecimentos científicos e promovendo um diálogo intercultural. A pesquisa utilizou entrevistas semi-estruturadas como principal instrumento de coleta de dados, buscando aprofundar a compreensão dos saberes sobre plantas medicinais e sua relação com a cultura e a vida cotidiana da comunidade Kanindé. O estudo analisa o Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Kanindé, identificando os objetivos e as diretrizes da educação escolar indígena na comunidade. A pesquisa conclui que a integração dos saberes sobre plantas medicinais no currículo escolar é fundamental para a valorização da cultura Kanindé e a promoção da saúde na comunidade.

Finalmente, o trabalho de Santos (2022), apresenta um estudo que investiga o currículo e as práticas docentes na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, localizada na aldeia Sítio Fernandes, município de Aratuba, Ceará. A pesquisa se concentra em analisar como os professores indígenas incorporam os saberes tradicionais do povo Kanindé ao currículo e à prática pedagógica, contribuindo para a valorização cultural e a formação de indivíduos críticos e conscientes da sua identidade. O estudo utiliza uma metodologia qualitativa, com pesquisa etnográfica, observação participante e entrevistas com professores indígenas, alunos e lideranças da comunidade.

O trabalho destaca a importância da história e da luta do povo Kanindé pela educação diferenciada, contextualizando a criação da escola indígena e a construção do seu currículo. O estudo analisa a organização curricular da escola, identificando a presença de elementos da cultura Kanindé nas diferentes disciplinas, como a língua materna, os saberes tradicionais sobre plantas medicinais, a arte e a espiritualidade. A pesquisa observa as práticas pedagógicas dos professores indígenas, identificando como eles utilizam os saberes tradicionais em sala de aula, por meio de projetos, atividades e vivências que envolvem a comunidade. O estudo conclui que a escola indígena desempenha um papel fundamental na valorização cultural e na formação de indivíduos Kanindé críticos e conscientes da sua identidade.

O contexto da pesquisa e os achados brevemente descritos nesta seção servem à compreensão das unidades temáticas (Galiazzi; Sousa, 2019) que se destacaram e são apresentadas como elementos agregadores desenvolvidos na próxima seção. Dessa forma, compreendeu-se que essas unidades temáticas não apenas refletem as principais tendências observadas, mas também fornecem uma base sólida para a análise aprofundada que será realizada a seguir, permitindo uma compreensão mais abrangente e detalhada do fenômeno estudado.

4. DADOS E DISCUSSÃO

A análise textual discursiva dos arquivos revela a emergência de três categorias interligadas que moldam a educação escolar indígena Kanindé: práticas pedagógicas e saberes tradicionais em contexto; desafios e oportunidades para um currículo descolonizado; e influência do currículo diferenciado nos resultados educacionais. Essas categorias se entrelaçam e se manifestam na busca por uma educação específica e relevante para esse povo.

A primeira categoria destaca a importância da contextualização do ensino e da integração dos saberes tradicionais Kanindé. Observa-se a ênfase na participação dos guardiões da memória, figuras importantes na transmissão desses saberes, tanto em pesquisas como em aulas. As escolas indígenas do povo Kanindé, por meio de projetos, aulas de campo e vivências, buscam conectar os conhecimentos tradicionais à realidade das aldeias e dos estudantes, promovendo um ensino significativo e enraizado na cultura Kanindé.

A segunda categoria evidencia os desafios e as oportunidades na construção de um currículo que valorize a cultura e a identidade Kanindé, rompendo com o modelo eurocêntrico. É crucial desconstruir a visão hegemônica e integrar os saberes indígenas ao currículo formal, reconhecendo sua legitimidade na formação dos estudantes. A Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, representa um marco na luta por um currículo descolonizado, mas ainda enfrenta obstáculos. A implementação de um currículo diferenciado, que abarque a história, os valores e a cosmovisão Kanindé, é vista como uma chance de fortalecer a identidade cultural e promover a emancipação.

A terceira categoria, influência do currículo diferenciado nos resultados educacionais, sugere que a implementação de um currículo que valoriza os saberes tradicionais e a cultura Kanindé pode resultar em um ensino mais significativo e engajador. Professores relatam que o uso de metodologias e materiais pedagógicos que se conectam à realidade dos alunos facilita o aprendizado. É importante documentar e analisar as metodologias e atividades desenvolvidas nas escolas indígenas, para entender a efetividade do currículo diferenciado e seu impacto nos resultados. A análise desses resultados pode fornecer subsídios para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a consolidação de uma educação escolar indígena decolonial e emancipatória.

4.1 Práticas Pedagógicas e Saberes Tradicionais Kanindé em contexto

A Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, localizada no território do povo Kanindé, em Aratuba (CE) e a Escola Indígena Expedito Oliveira Rocha, em Canindé (CE), destacam-se por suas práticas pedagógicas inovadoras que incorporam os saberes tradicionais das comunidades, buscando fortalecer a identidade cultural e promover um ensino contextualizado. A análise dos documentos fornecidos revela uma série de iniciativas que demonstram o compromisso das escolas com a valorização da cultura Kanindé.

Um dos pilares dessa abordagem é a construção coletiva do currículo diferenciado, que conta com a participação de professores, lideranças, anciãos e membros das comunidades. Esse processo colaborativo garante que o currículo seja adaptado à realidade local e contemple as necessidades específicas das aldeias.

A participação dos guardiões da memória, figuras de grande importância para o Kanindé, é fundamental para a transmissão dos saberes tradicionais. Esses anciãos atuam

como guias nas atividades práticas e de vivência no território, compartilhando seus conhecimentos sobre plantas medicinais, histórias da aldeia, técnicas de caça e agricultura, entre outros aspectos da cultura Kanindé.

As escolas também se utilizam de metodologias ativas e recursos didáticos que aproximam o ensino da realidade dos alunos. As aulas de campo, as visitas a locais sagrados, as oficinas de artesanato e as rodas de conversa com os guardiões da memória são exemplos de práticas que permitem aos alunos vivenciarem os saberes tradicionais de forma prática e significativa.

Outro aspecto relevante é a utilização da Pedagogia da Alternância, que divide o tempo escolar entre as escolas e a comunidade. Durante o período na comunidade, os alunos realizam pesquisas, interagem com os anciãos e participam de atividades culturais, aprofundando seus conhecimentos sobre a cultura Kanindé.

As escolas também desenvolvem projetos integradores que conectam os saberes tradicionais aos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os projetos que integram a Espiritualidade Kanindé e as vivências na aldeia, por exemplo, abordam as ciências, filosofias e a espiritualidade do Toré, além dos saberes da medicina tradicional. A existência de um horto de plantas medicinais na aldeia serve como laboratório de pesquisa para a escola e espaço de cura para a comunidade, demonstrando a integração entre os saberes tradicionais e o ensino.

A formação de professores indígenas também é um fator crucial para a implementação dessa abordagem pedagógica. A participação de professores em cursos específicos, como a Licenciatura Intercultural Indígena, garante a qualificação do ensino e a valorização da cultura Kanindé dentro da escola e em demais espaços de aprendizagem.

Assim, a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos e a Escola Indígena Expedito Oliveira Rocha se destacam por suas práticas pedagógicas inovadoras que incorporam os saberes tradicionais do povo Kanindé, valorizando a cultura local e promovendo um ensino contextualizado e significativo. A participação da comunidade, o uso de metodologias ativas, a Pedagogia da Alternância e a formação de professores indígenas são elementos chave para o sucesso dessa abordagem, que contribui para o fortalecimento da identidade cultural e a formação integral dos alunos.

4.2 Desafios e Oportunidades para um Currículo Descolonizado

A implementação de um currículo descolonizado em escolas indígenas Kanindé, apresentam um panorama complexo de desafios e oportunidades. Um dos principais desafios reside na escassez de material didático específico que aborde os saberes tradicionais Kanindé. A transmissão oral, predominante na cultura Kanindé, dificulta a tradução desses saberes para materiais escritos que atendam às necessidades do currículo diferenciado. A produção de materiais didáticos que contemplem a história e a cultura Kanindé são cruciais para a efetivação de um currículo descolonizado. A formação de professores indígenas também se apresenta como um desafio significativo.

Outro desafio reside na constante necessidade de atualização curricular para atender às normas e pareceres do Estado, o que pode gerar conflitos com as necessidades e a autonomia da comunidade Kanindé. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, apesar de ser um documento importante para a organização do sistema educacional brasileiro, carece de um maior suporte para a implementação do currículo diferenciado nas escolas indígenas, o que pode resultar na sobreposição das exigências externas à autonomia da comunidade na construção de um currículo que atenda às suas demandas. A influência histórica da colonização, presente nos sistemas educacionais, constitui um desafio adicional. A desconstrução da ideia de inferioridade do conhecimento indígena em relação ao conhecimento ocidental é fundamental para a valorização dos saberes tradicionais Kanindé e a implementação de um currículo verdadeiramente descolonizado.

Apesar dos desafios, a implementação de um currículo descolonizado nas escolas indígenas Kanindé também apresenta oportunidades. A legislação brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, assegura o direito à educação diferenciada para os povos indígenas, abrindo caminho para a implementação de um currículo que respeite e valorize a cultura e a identidade Kanindé. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) e as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 reforçam esse direito e reconhecem a importância da inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. A participação das comunidades do povo Kanindé na construção do currículo é outra oportunidade valiosa. O envolvimento de professores, lideranças, anciãos e membros das comunidades garante a elaboração de um currículo adaptado à realidade local e que contemple as necessidades das aldeias. As escolas indígenas do povo Kanindé, se destacam pela construção coletiva de seu

currículo, que conta com a participação de diferentes membros das comunidades Kanindé, o que demonstra o compromisso das escolas com a valorização da cultura local.

A Pedagogia da Alternância, que divide o tempo escolar entre a escola e a comunidade, oferece aos alunos a oportunidade de vivenciar os saberes tradicionais na prática. Durante o período na comunidade, os alunos podem participar de atividades culturais, interagir com os anciãos e realizar pesquisas, aprofundando seus conhecimentos sobre a cultura Kanindé. O desenvolvimento de projetos integradores que conectam os saberes tradicionais aos conteúdos da BNCC é outra oportunidade para a implementação de um ensino interdisciplinar e contextualizado. Projetos que abordam a espiritualidade Kanindé, a medicina tradicional e a história da aldeia, por exemplo, podem fortalecer a identidade cultural dos alunos e promover um diálogo entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico.

A Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos e a Escola Indígena Expedito Oliveira Rocha, por exemplo, desenvolvem projetos integradores que conectam a BNCC aos saberes tradicionais, que aborda a espiritualidade do Toré e a medicina tradicional Kanindé. A presença dos guardiões da memória nas escolas é fundamental para a transmissão dos saberes tradicionais e para a construção de um currículo descolonizado. Esses anciãos, detentores do conhecimento tradicional Kanindé, podem contribuir significativamente para a elaboração de um currículo que valorize a história e a cultura da comunidade. As escolas indígenas do povo Kanindé reconhecem a importância dos guardiões da memória e os integra em suas atividades escolares, proporcionando aos alunos o contato com a história e a cultura Kanindé contadas por aqueles que as vivenciaram.

Em síntese, a implementação de um currículo descolonizado nas escolas indígenas Kanindé, embora desafiadora, apresenta oportunidades. É preciso reconhecer e superar os desafios, como a falta de material didático específico e a influência da colonização nos sistemas educacionais. Ao mesmo tempo, é fundamental aproveitar as oportunidades oferecidas pela legislação oferecidas pela legislação brasileira, pela participação da comunidade, pela Pedagogia da Alternância, pelos projetos integradores e pela presença dos guardiões da memória. A construção de um currículo descolonizado que valorize a cultura e a identidade Kanindé é um passo essencial para garantir um ensino contextualizado, significativo e libertador para as futuras gerações.

4.3 Influência do Currículo Diferenciado e Resultados Educacionais

A implementação de um currículo diferenciado e específico para as escolas indígenas, em particular para as escolas Kanindé, tem se mostrado um fator crucial na preservação da identidade cultural e na melhoria dos resultados educacionais dos estudantes. A inclusão de práticas culturais, como o Toré, a medicina tradicional e a participação dos guardiões da memória, promove um ensino contextualizado e significativo, que valoriza os saberes ancestrais e fortalece o vínculo dos alunos com sua comunidade. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), "a incorporação, à escola, dos 'conhecimentos étnicos', sustenta a interculturalidade e permite reordenar e reinterpretar os saberes trazidos pelo patrimônio intelectual, social e moral, à luz de um novo contexto e na relação com outros conhecimentos" (BRASIL, 1998, p. 65).

A valorização da cultura indígena no currículo escolar contribui para a construção de uma identidade cultural sólida nos estudantes, que se reconhecem como parte de um povo com história, valores e conhecimentos próprios. A Escola Indígena Índios Tapeba, em Caucaia-CE, por exemplo, utiliza o currículo como ferramenta de preservação cultural e fortalecimento étnico, consolidando métodos culturais, espirituais, sociais e políticos em uma educação voltada para a formação de um indivíduo com pensamento crítico e reflexivo (Lopes, 2022). A participação dos guardiões da memória figura de grande importância na comunidade Kanindé, como demonstrado na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, garante a transmissão dos saberes tradicionais e a construção de um currículo que valoriza a história e a cultura da comunidade (Santos, 2022).

Essa abordagem pedagógica diferenciada se reflete nos resultados educacionais dos estudantes. Ao se sentirem representados e valorizados em sua cultura, os alunos demonstram maior interesse e engajamento nas atividades escolares. A Escola Indígena Índios Tapeba destaca a importância de trabalhar com materiais didáticos formulados por professores, lideranças e anciãos Tapeba para os alunos Tapeba, o que demonstra a necessidade de um ensino que utilize recursos próprios da cultura indígena (Lopes, 2022).

No entanto, a implementação desse currículo diferenciado também enfrenta desafios. As avaliações externas, como o SPAECE, a Prova Brasil e o SAEB se baseiam em descritores que não contemplam a diversidade cultural presente nos currículos indígenas, o que acaba gerando uma dupla preparação nas escolas: uma voltada para a formação identitária e

escolarização dos alunos e outra focada em conteúdos sem significado real para eles, mas que visam atender às exigências das avaliações (Lopes, 2022). A falta de material didático específico e a necessidade de formação de professores indígenas também são obstáculos a serem superados.

Do exposto, a implementação de um currículo descolonizado nas escolas indígenas Kanindé, com a inclusão de práticas culturais e a valorização dos saberes tradicionais, tem se mostrado fundamental para a construção de uma identidade cultural sólida e a melhoria dos resultados educacionais dos estudantes. No entanto, é preciso garantir que as políticas públicas educacionais forneçam o suporte necessário para a superação dos desafios, como a produção de material didático específico, a formação de professores indígenas e a adequação das avaliações externas à realidade do currículo diferenciado. Somente assim será possível consolidar um sistema educacional que valorize a riqueza e a diversidade cultural dos povos indígenas, promovendo um ensino verdadeiramente inclusivo e de qualidade.

4.4 Saberes Tradicionais Kanindé no Currículo Escolar

A integração dos saberes tradicionais do povo Kanindé no currículo das escolas indígenas emerge como um processo fundamental para a valorização cultural e a descolonização do ensino. As escolas indígenas Kanindé, demonstram como essa integração pode se concretizar na prática, promovendo um ensino que respeita e valoriza a cultura e a identidade Kanindé. A presença dos guardiões da memória, detentores do conhecimento tradicional, como o Cacique Sotero, Pajé Maciel, Carmelita Rocha, Dona Raimunda (In Memoriam), enriquece o currículo com narrativas, histórias e práticas ancestrais, transmitindo aos alunos a riqueza do patrimônio cultural Kanindé. A valorização da oralidade, elemento central na cultura Kanindé, se manifesta na inclusão de contos, lendas e músicas tradicionais no currículo, como a lenda "Mocó Reis", presente na cartilha de atividades da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.

As escolas também integram práticas culturais como o Toré, dança ritualística Kanindé, e a medicina tradicional, que utiliza plantas medicinais para a cura de doenças, em projetos interdisciplinares que conectam os saberes tradicionais aos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Pedagogia da Alternância, que divide o tempo escolar entre a escola e a comunidade, permite aos alunos vivenciar os saberes tradicionais na prática, participando de atividades culturais, interagindo com os anciãos e realizando

pesquisas em seu território. As atividades no museu indígena Kanindé, que abriga objetos e documentos da história do povo, complementam o currículo, fortalecendo o vínculo dos alunos com sua ancestralidade.

Essa integração dos saberes tradicionais no currículo contribui para a descolonização do ensino, rompendo com a visão eurocêntrica que historicamente inferiorizou o conhecimento indígena. As escolas se tornam espaços de resistência, onde a cultura Kanindé é valorizada e os alunos se reconhecem como protagonistas de sua história. No entanto, a implementação desse currículo diferenciado enfrenta desafios, como a escassez de material didático específico que aborde os saberes tradicionais Kanindé e a necessidade de formação de professores indígenas que sejam capazes de integrar esses saberes às práticas pedagógicas. A constante necessidade de atualização curricular para atender às normas e pareceres do Estado, como a BNCC, pode gerar conflitos com as necessidades e a autonomia da comunidade Kanindé na construção de um currículo que atenda às suas demandas específicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar indígena no Ceará, em particular as vivências do povo Kanindé, a partir da análise aqui apresentada, traz um panorama complexo, permeado por desafios e oportunidades. As fontes analisadas revelam que a busca por uma educação que valorize e fortaleça as culturas e identidades indígenas é uma constante luta, com obstáculos e conquistas interligadas.

A experiência do povo Kanindé, por exemplo, demonstra a importância das escolas como um espaço de resistência e de afirmação cultural. A instituição de ensino se torna um instrumento fundamental na luta pelos direitos do povo, promovendo um ensino contextualizado e libertador. No entanto, a falta de material didático específico que aborde os saberes tradicionais Kanindé, transmitidos principalmente de forma oral, dificulta a implementação plena do currículo diferenciado. A atualização constante desse currículo, de acordo com as normas e pareceres do Estado, também se apresenta como um desafio, pois as exigências externas podem comprometer as necessidades da comunidade.

A negação da identidade indígena por parte da sociedade e a falta de apoio governamental dificultam a implementação de uma educação diferenciada que atenda às suas

necessidades. Garantir a integração efetiva da cultura Kanindé no currículo escolar também é um desafio constante, exigindo uma investigação profunda sobre como a comunidade contribui na formação dos alunos e como a escola preserva a cultura.

Apesar dos desafios, o povo Kanindé encontra amparo na legislação brasileira, que garante o direito à educação diferenciada para os povos indígenas. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), e as Leis 10.639/2003 e 11.645/08 servem como base para a luta por uma educação que valorize a cultura e a identidade desse povo.

A participação da comunidade na construção do currículo também se destaca como uma oportunidade crucial para o povo Kanindé. Onde a comunidade tem autonomia na elaboração do currículo, incorporando elementos da cultura local e atendendo às necessidades específicas da aldeia. A pesquisa com profissionais da educação, estudantes e lideranças das comunidades Fernandes, Balança e Gameleira pode fornecer informações valiosas para a implementação do currículo e para a identificação das necessidades das escolas.

Outro ponto fundamental é a formação de professores indígenas. Para o povo Kanindé, a oferta da Licenciatura Intercultural Indígena, representa uma grande conquista, contribuindo para a qualificação do ensino e para a valorização da cultura Kanindé dentro da escola e nos demais espaços. Contudo, a formação de professores que compreendam as especificidades da cultura e da história do povo é essencial para a implementação de um currículo diferenciado e efetivo.

Em suma, a educação escolar indígena no Ceará, a partir da análise das experiências do povo Kanindé, revela um cenário de desafios e oportunidades. A luta por uma educação que valorize e fortaleça as culturas e identidade indígena é constante. A legislação, a participação das comunidades e a formação de professores indígenas são elementos importantes para a superação dos obstáculos e para a consolidação de uma educação escolar indígena autônoma e representativa. É fundamental destacar que as fontes analisadas focam em experiências específicas, e podem não representar a realidade de todos os povos indígenas no Ceará.

6. REFERÊNCIAS

ARATUBA. Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos. **Projeto Político Pedagógico**, 147p. 2015.

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: São Paulo: Saraiva, 22 ed., 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação**, Lei n.º 10.172 de 9 de janeiro de 2001. In: Diário Oficial, ano CXXIX – n.º 7 – Brasília – DF. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacao-origina-1-pl.html> Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica 2022**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

BRASIL. Lei nº 11.645 - 10 de março de 2008. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em:
[https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=51182#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2011.645%2C%20de,forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20\(licenciaturas\).](https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=51182#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2011.645%2C%20de,forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20(licenciaturas).) Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASÍLIA. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena** / organização Luís Donisete Benzi Grupioni. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. 72 pp.

CANINDÉ. Escola Indígena Expedito Oliveira Rocha. **Projeto Político Pedagógico**, 25p. 2024.

CASTIANO, José P. O currículo local como espaço social de coexistência de discursos: estudo de caso nos distritos de báruè, de sussundenga e da cidade de chimoio. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. - jul. 2005-2006. <http://www.pucsp.br/ecurriculum>
Acesso em: 15 nov. 2024.

DA COSTA GOMES, Ana Cristina; RIBEIRO OLIVEIRA, Luciana. Currículo Negro, Asê e Sankofa: perspectivas, cotidianos e valores afro-civilizatórios. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.I.], v. 12, nº 32, p. 161-187, maio 2020.

FERREIRA, Mariana K. L. (2001) **A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil**. In: LOPES da SILVA, A.; FERREIRA, M. K. L. (Orgs.) Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global.

GALIAZZI, Maria Do Carmo; SOUSA, Robson Simplicio De. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 7, n. 13, p. 01, 2019. Disponível em:
<https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/227>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Currículos sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109; Jan/Abr 2012.

KRUGER, Renata Belz. Ensino de História e Descolonização do Currículo: considerações iniciais. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 20, 31 de maio de 2022.

Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/20/ensino-de-historia-e-descolonizacao-do-currículo-consideracoes-iniciais> Acesso em: 17 nov. 2024.

LUCIANO, Gersem J. S. (2006) **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Coleção Educação para todos. Brasília: MEC/Secad; LACED/Museu Nacional.

LUVEZUTE KRIPKA, Rosana Maria; SCHELLER, Morgana; DE LARA BONOTTO, Danusa. La investigación documental sobre la investigación cualitativa : conceptos y caracterización. **Revista de Investigaciones UNAD**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 55, 2015.

Disponível em:

<http://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/view/1455>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MELO, Alessandro de; RIBEIRO, Débora. Eurocentrismo e currículo: apontamentos para uma construção curricular não eurocêntrica e decolonial. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1781-1807, 2019. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/37051> Acesso em: 21 nov. 2024.

NASCIMENTO, Adir C. (2002) **Educação Escolar Indígena: Rompendo Padrões**. In: Informativo da Secretaria Municipal de Educação de Dourados. Ano II – Ed. III, outubro. p. 04 e 05.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. Descolonizando os currículos e educando as relações étnicos-raciais: pesquisas e práticas educativas de raízes africanas. **Revista da ABPN**. v. 13, nº. 37. pp. 18-41; Jun/Ago 2021. Disponível em:

<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1260> Acesso em: 25 nov. 2024

Revista COCAR, Belém, V.12. N.24, p. 472 a 500 – jul./dez. 2018 Programa de Pós-graduação Educação em Educação da UEPA Disponível em:

<http://páginas.uepa.br/seer/index.php/cocar> Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVA, Maria R. Teoria curricular e teoria crítica da sociedade: elementos para (re)pensar a escola Curricular. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS**, v.14, n.28, p.88-101, jul./dez. 2008

SOUSA, Robson Simplicio De; GALIAZZI, Maria Do Carmo. **O jogo da compreensão na análise textual discursiva em pesquisas na educação em ciências: revisitando quebra-cabeças e mosaicos**. Ciência & Educação (Bauru), [s. l.], v. 24, n. 3, p. 799–814, 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132018000300799&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 nov. 2024.